

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO

FEV./2021 - JAN./2023



Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

**Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira
Presidente**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
Fev./2021 - Jan./2023**

Belém - Pará
Janeiro 2023

Tribunal de Contas do Estado do Pará
Trav. Quintino Bocaiuva, 1585. Nazaré, Belém, Pará.
CEP: 66035-190 Tel.: (91) 3210-0555
tce@tcepa.tc.br
www.tcepa.tc.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca Benedito Frade, -Belém-PA

P221r Pará, Tribunal de Contas.
 Relatório de Gestão fev. /2021 - jan. /2023 - Tribunal de Contas do Estado do
Pará. - Belém : TCE, 2023.
 48p. il.

1. Pará. Tribunal de Contas - Relatório. 2. Título.

CDD 23. ed. 341.3852

Elaborado por Ana Izabel Neves Siqueira - CRB-2/190

Publicação disponível em meio eletrônico no site: www.tcepa.tc.br

TRIBUNAL PLENO

PRESIDENTE

Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira

VICE-PRESIDENTE

Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes

CORREGEDOR

Conselheiro Fernando de Castro Ribeiro

Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior

Coordenador da Comissão de Sistematização e Consolidação de Jurisprudência

Conselheiro Luis da Cunha Teixeira

Coordenador da Escola de Contas

Conselheiro Odilon Inácio Teixeira

Coordenador da Ouvidoria

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Julival Silva Rocha

Milene Dias da Cunha

Daniel Mello

Edvaldo Fernandes de Souza

Organização e Elaboração

Lilian Rose Bitar Tandaya Bendahan (Coordenação)

Equipe Técnica

Alcides Casemyro F. Alcantara
Alessandro Brito de Sousa
Alexandre Aly P Charone
Clewerson Castelo B. de Queiroz
Hilda da Fonseca D. Caetano
Juliana Bulgarelli Mendes
Monique Helen Cravo Soares Farias
Rogério Conceição Cruz
Vicente Anchieta Junior

Projeto Gráfico

Clewerson Castelo Branco de Queiroz

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA

PRESIDENTE

Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira

VICE-PRESIDENTE

Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes

CORREGEDOR

Conselheiro Fernando de Castro Ribeiro

CHEFE DE GABINETE

Josué Maestri Junior

PROCURADOR

Elias Antônio de A Chamma

SECRETÁRIO GERAL

José Tuffi Salim Júnior

SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO

Ana Paula Cruz Maciel

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Lilian Rose Bitar Tandaya Bendahan

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Gilberto Jáder Serique

SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Alice Cristina da Costa Loureiro

SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Carlos César Silva Gomes

SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

Matheus Amaral Bonna

SECRETÁRIO DE REPRESENTAÇÃO - SANTARÉM

Antônio Carlos Sales Ferreira Júnior

SECRETÁRIO DE REPRESENTAÇÃO - MARABÁ

Rafael Larêdo Mendonça

DIRETORA DA ESCOLA DE CONTAS ALBERTO VELOSO

Kassya Lessa Bengtson

APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) continua avançando e conquistando bons resultados, frutos do comprometimento e da união de esforços para cumprir o seu papel constitucional, sobretudo em garantir melhores serviços aos seus membros, jurisdicionados, servidores e à sociedade paraense.

Em fevereiro de 2021, quando iniciamos mais uma administração, entre as iniciativas, houve prioridade na elaboração do Plano de Gestão, definido para direcionar as ações e metas estabelecidas em três eixos principais: a gestão de pessoas, a tecnologia da informação e o planejamento estratégico.

Com um período atípico, em razão da pandemia, os números apresentados no Relatório de Gestão comprovam que, mesmo diante dos desafios e da crise sanitária provocados pela Covid-19, a administração avançou com criatividade e inovação, obtendo excelentes resultados na conclusão de suas ações.

Nesse contexto, cabe destacar a valorização dos servidores, com a implementação do Abono de Produtividade Coletiva aos Servidores do TCE-PA. A ação incentiva a produtividade e o desempenho, essencial na consolidação de metas e no cumprimento da missão constitucional. Para isso, foi deliberado no exercício orçamentário de 2022, a disponibilidade de recursos para o percentual inicial de 40% do vencimento base a ser pago proporcionalmente pelas metas alcançadas.



O quadro técnico dos servidores apresentou crescimento considerável, com o preenchimento de 141 vagas pelos aprovados no Concurso Público nº 01/2016. A renovação do nosso pessoal trouxe a oxigenação da Corte de Contas com novos talentos.

A atualização das normas relacionadas às atividades fiscalizatórias merece destaque. O aprimoramento está de acordo com as necessidades do controle e de métodos nacionais e internacionais. Foram atualizadas instruções sobre o envio de prestações de contas anuais de gestão ao Tribunal, além da aprovação da Resolução nº 19.455/2022, que disciplina a prestação de contas de convênios, com a concessão de recursos públicos estaduais que atendem aos municípios.

A Segurança da Informação foi outra ação adotada, sendo garantida a execução do Plano de Gestão de Riscos de TI, cujo objetivo é identificar, avaliar e implementar boas práticas para diminuir os riscos e evitar ataques criminosos, sendo primordial para a segurança de dados na instituição.

A equipe de gestão do biênio 2021-2023 termina o período com o sentimento de dever cumprido e com o alcance de resultados que transformaram este Tribunal em referência para as demais Cortes de Contas do país. Desejamos aos gestores do próximo biênio sucesso à frente do TCE-PA, fazendo votos de muito êxito em suas realizações.

Conselheira
Maria de Lourdes Lima de Oliveira
Presidente

Lista de siglas

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACRI	Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais
ACRP	Assessoria de Comunicação e Relações Públicas
ECAV	Escola de Contas Alberto Veloso
NBR	Normas Brasileiras
SECEX	Secretaria de Controle Externo
SECIN	Secretaria de Controle Interno
SEGER	Secretaria Geral
SEGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SEPGE	Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica
SETIN	Secretaria de Tecnologia da Informação
TCE - PA	Tribunal de Contas do Estado do Pará
TI	Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO	14
3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO TCE-PA	16
4 INOVAÇÃO NO CONTROLE EXTERNO	18
4.1 PRINCIPAIS RESULTADOS	18
4.2 SISTEMA ELETRÔNICO DE AUDITORIA	20
4.3 PLENÁRIO VIRTUAL	21
4.4 MÓDULO PUBLICAÇÃO DO FISCALIS	22
5 INOVAÇÃO EM GESTÃO DE PESSOAS	24
5.1 ABONO DE PRODUTIVIDADE	24
5.2 REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO	25
5.3 FORTALECIMENTO DO QUADRO TÉCNICO	26
5.4 AÇÕES DE BEM-ESTAR, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	27
5.5 DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	28
6 INOVAÇÃO NO PLANEJAMENTO	29
6.1 PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL	29
6.2 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	30
6.3 PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL	31
6.4 MARCO DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS (MMD-TC)	32
7 INOVAÇÃO EM TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	33
7.1 MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E SISTEMAS DE TI	33
7.2 PLANO ESTRATÉGICO DE TI	36
7.3 GESTÃO DE RISCOS DE TI	36
7.4 PLATAFORMA PHARUS	37
8 INOVAÇÃO EM TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL	38
8.1 FÓRUM TCE-PA E JURISDICIONADOS ON-LINE	38
8.2 NOVO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	40
8.3 INTEGRAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO	41
9 COMEMORAÇÃO DOS 75 ANOS DO TCE-PA	42
9.1 HOMENAGEM AOS SERVIDORES	42
9.2 FÓRUM DE INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO PARA O CONTROLE ATUAL E FUTURO	43





1 INTRODUÇÃO

O Plano de Gestão consiste no desdobramento tático do Plano Estratégico, principal instrumento de planejamento do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE- PA) e cuja vigência é de seis anos. O Plano de Gestão estabelece as prioridades de uma gestão administrativa e o seu programa de trabalho para o período de dois anos.

Elaborado a partir de diversas reuniões com participação de representantes de todas as unidades de trabalho do Tribunal, construído de forma colaborativa e compartilhada, o Plano retrata as ações prioritárias a serem executadas nesses 2 anos de gestão.

O Plano contempla o programa de trabalho da Presidente Conselheira Lourdes Lima e relaciona as ações e metas prioritárias para o período de Fev./2021- Jan./2023, alinhado aos objetivos do Plano Estratégico do Tribunal.

O programa de trabalho contempla 22 ações que norteou as unidades de trabalho para o aperfeiçoamento da governança institucional do Tribunal de Contas. O plano foi executado pelas unidades de trabalho e distribuído entre servidores e membros deste Tribunal sob o monitoramento e responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica do TCE-PA.

O atual Plano de Gestão foi concebido num período, ainda, sob efeito da pandemia do coronavírus, condição que revelou grande desafio para toda a equipe de trabalho. Diante das limitações impostas por essa nova realidade, o TCE-PA precisou continuar a inovar.

Ao todo, os resultados demonstraram a conclusão de 18 ações, correspondente a 82% do total previsto, no Plano de Gestão 2021-2023. Portanto, o foco em projetos e atividades prioritários e factíveis do ponto de vista dos recursos orçamentários e financeiros se traduziram em melhoria do desempenho institucional.

2 EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO

A nova gestão do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), eleita para o biênio 2021-2023, após a posse em fevereiro de 2021, elaborou o Plano de Gestão 2021-2023, com a participação de todas as Unidades de Trabalho do TCE-PA, seguindo as orientações do Sistema de Planejamento e Gestão do Tribunal (Resolução nº 17.794/2009) e do Plano Estratégico 2016-2021.

Para sua concepção, a nova gestão elencou três eixos como diretrizes: gestão de pessoas, tecnologia da informação e planejamento, todos alinhados ao Plano Estratégico na busca constante do aperfeiçoamento do controle externo.

Elaborado inicialmente com 20 ações, o plano foi revisado em janeiro de 2022 para o alinhamento aos objetivos estratégicos do novo Plano Estratégico do TCE-PA, referente ao período de 2022-2027. Após a revisão, o Plano de Gestão 2021-2023 passou a ter 22 ações e concluído com a execução de 82% do total.

Quadro 1 - Ações do Plano de Gestão concluídas: 2021-2023.

AÇÕES CONCLUÍDAS

Implantação do Abono por Produtividade Coletiva

Implantação do Plano de Gestão de Riscos no ambiente de TI

Modernização do Portal da Transparência do TCE-PA

Implantação de sistema eletrônico de auditoria

Implantação de ferramenta eletrônica para leitura, consulta e extração de dados

Implantação do Plenário Virtual

Revisão dos Normativos da ECAV

Modernização do web site da ECAV

Regulamentação da LGPD no TCE-PA

Elaboração da revista da evolução institucional do TCE-PA

Publicação de Livro Comemorativo aos 75 anos do TCE-PA

Elaboração de catálogo das obras do acervo cultural do TCE-PA

Elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) do Tribunal de Contas do Estado do Pará

Modernização do web site do TCE Cidadão

Aprimoramento de normas de fiscalização

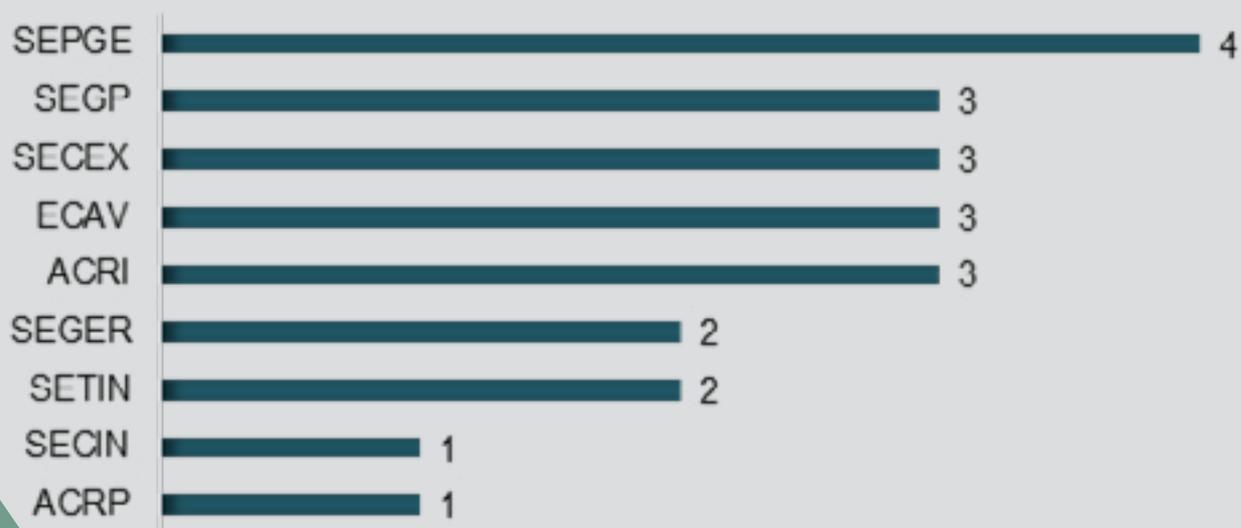
Manualização dos processos de trabalho na Secretaria de Gestão de Pessoas

Atualização do Manual de Controle Interno do TCE-PA

Implantação do e-Social no TCE-PA

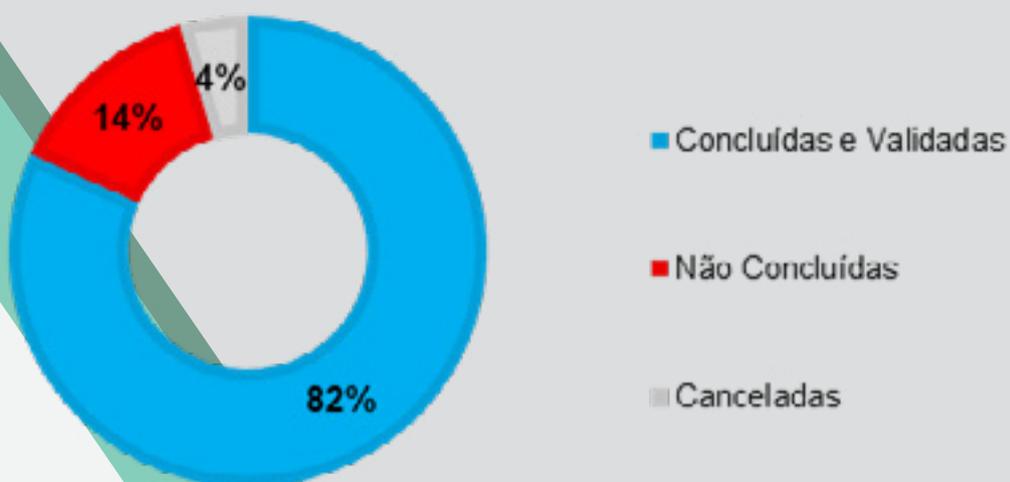
Fonte: TCE-PA/Sepge/Sisplan

Gráfico 1 – Quantitativo de ações planejadas para 2021-2023, por unidade de trabalho:



Fonte: TCE-PA/Sepge/Sisplan.

Gráfico 2 - Situação das ações do Plano de Gestão 2021-2023



Fonte: TCE-PA/Sepge/Sisplan.

3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO TCE-PA

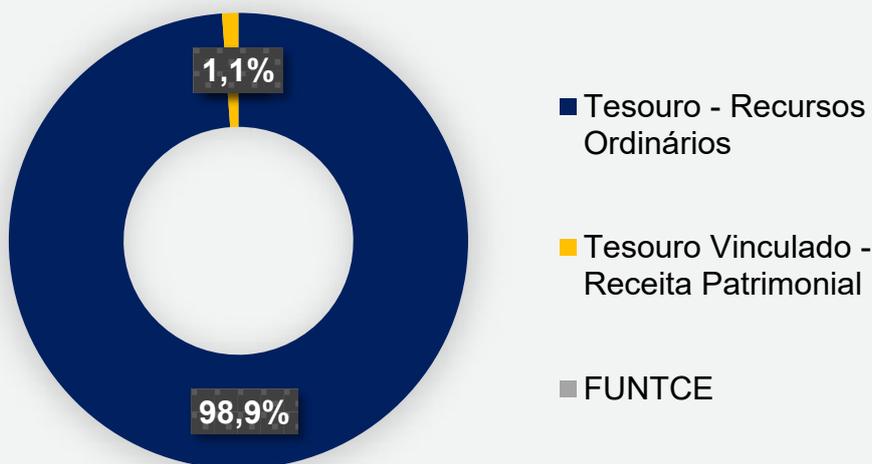
Durante o biênio 2021-2022, a despesa empenhada do TCE-PA foi de R\$ 495,4 milhões – excluindo encargos com a Previdência Estadual. Por fonte de recurso, R\$ 489,7 milhões, equivalente a 98,9% do total, foram financiadas com recursos ordinários do Tesouro, e R\$ 5,6 milhões, correspondente a 1,1% do total, com receita patrimonial decorrente de aplicações financeiras.

Quadro 2 – Despesa empenhada (em R\$)*, por fonte de recurso

Descrição	2021	2022	Total
Tesouro - Recursos Ordinários	193.722.184,40	296.044.975,26	489.767.159,66
Tesouro Vinculado - Receita Patrimonial	826.007,82	4.845.129,21	5.671.137,03
FUNTCE	6.000,00	9.253,47	15.253,47
Total	194.554.192,22	300.899.357,94	495.453.550,16

Fonte: TCE-PA/Seadm/Siafem. *Valores nominais.

Gráfico 3 – Despesa empenhada, por fonte de recurso.



Fonte: TCE-PA/Seadm/Siafem.

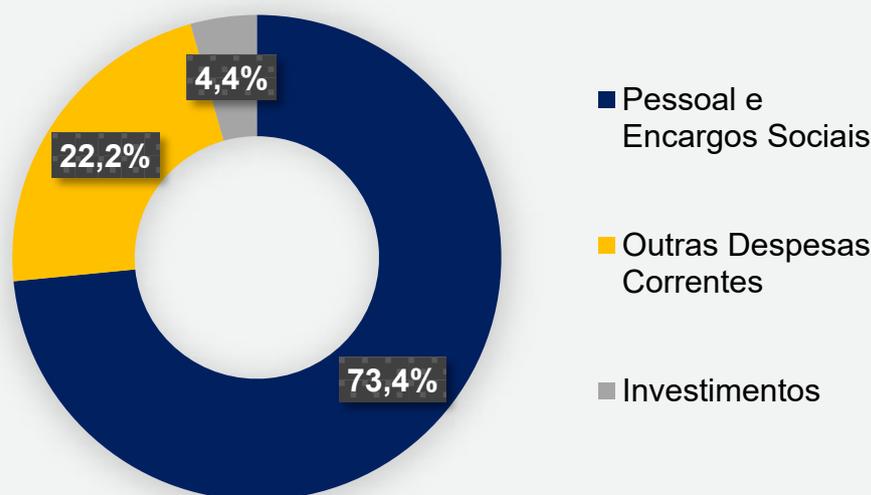
Por grupo de despesa, a execução orçamentária indica que a rubrica Pessoal e Encargos Sociais representou 73,4% da despesa empenhada no biênio 2021-2022, um total de R\$ 363,8 milhões. O grupo Outras Despesas Correntes representou 22,2% do montante total da despesa, valor de aproximadamente R\$ 110 milhões. E o grupo Investimentos representou 4,4% do valor da despesa empenhada, ou R\$ 21,6 milhões.

Quadro 3 – Despesa empenhada (em R\$)*, por grupo de despesa.

Descrição	2021	2022	Total
Pessoal e Encargos Sociais	143.534.233,05	220.306.036,67	363.840.269,72
Outras Despesas Correntes	39.795.727,61	70.170.168,70	109.965.896,31
Investimentos	11.224.231,56	10.423.152,57	21.647.384,13
Total	194.554.192,22	300.899.357,94	495.453.550,16

Fonte: TCE-PA/Seadm/Siafem. *Valores nominais.

Gráfico 4 – Despesa empenhada, por grupo de despesa.



Fonte: TCE-PA/Seadm/Siafem.

4 INOVAÇÃO NO CONTROLE EXTERNO

4.1 PRINCIPAIS RESULTADOS

Durante a gestão da Conselheira Lourdes Lima, foram realizadas 117 Sessões Ordinárias (entre 01/02/2021 e 13/01/2022).

Quadro 4 – Sessões Ordinárias (entre 01/02/2021 e 13/01/2022).

Classe	Autuados	Julgados
Atos de aposentadoria, reforma e pensão	3898	2937
Ato de admissão de pessoal	744	1228
Prestação de contas dos auxílios, contribuições ou subvenções concedidas pelo estado	181	400
Tomada de contas especial	15	256
Recurso	62	125
Prestação de contas dos administradores e responsáveis pela gestão de recursos públicos estaduais	80	109
Representação	92	58
Pedido de rescisão	15	26
Denúncia	8	20
Consulta	5	10
Tomada de contas de exercício ou gestão	0	4
Inspeção extraordinária e auditoria especial	0	3
Prestação de contas do governo do estado	2	2
Demais processos	8	6
Total	5.110	5.184

Fonte: Seger/e-TCE

Aprimoramento de normas de fiscalização

A Secretaria de Controle Externo (Secex) propôs ao colegiado do Tribunal o aperfeiçoamento de normas que orientam as atividades de fiscalização, adequando-as às necessidades do controle e aos métodos nacionais e internacionais.

Foram atualizadas normas relacionadas à composição das unidades jurisdicionadas que devem enviar prestações de contas anuais de gestão ao TCE-PA (Resolução nº 19.340/2022); à adoção das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – NBASP (Resolução nº 19.422/2022) e à organização e ao encaminhamento da prestação de contas de transferências voluntárias, realizadas mediante convênio ou outros instrumentos congêneres (Resolução nº 19.455/2022).

Matriz de seleção

A matriz de seleção é o instrumento mediante o qual a Secex define, considerando os critérios de materialidade, relevância e risco, quais contas anuais de gestão serão autuadas na forma de processos para fins de análise e julgamento.

A aplicação da matriz de seleção é uma iniciativa inovadora que vem contribuindo para o acréscimo da produtividade do controle externo, uma vez que possibilita que sejam concentrados esforços da área finalística na análise de contas de maior risco, resultando em uma atuação mais assertiva e eficiente do TCE-PA. O modelo da matriz passa por revisão anual de seus critérios para identificação de oportunidades de melhoria.

Em 2021, referente às contas de gestão do exercício de 2020, foram selecionadas 44 unidades jurisdicionadas de um total de 74, o equivalente a 60%. Em relação ao total de recursos orçamentários, a seleção realizada alcançou 91% de um orçamento total de R\$ 28,7 bilhões. Em 2022, na seleção das contas de gestão referentes a 2021, foram selecionadas 36 contas de gestão, ou seja, 46% do total, representando 89% do orçamento do estado, que totalizou R\$ 32,8 bilhões.

Na recente avaliação do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), promovida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) em 2022, a matriz de seleção adotada pelo TCE-PA foi reconhecida como uma boa prática a ser divulgada para todos os Tribunais de Contas.

4.2 SISTEMA ELETRÔNICO DE AUDITORIA



O TCE-PA agora conta com uma nova ferramenta para ampliar a produtividade do controle externo. A implantação do Sistema Eletrônico de Auditoria, módulo que integra o Sistema de Apoio à Fiscalização (Fiscalis), foi apresentada em novembro de 2022 aos Conselheiros, Conselheiros-Substitutos e servidores do Tribunal.

A nova conquista proporcionará maior agilidade na execução das auditorias de conformidade, com o armazenamento seguro de dados, informações, matrizes, análises, manifesta-

ções, inclusive com a geração automática de documentos e relatórios.

O sistema foi desenvolvido em parceria entre a Secex e a Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin), o que viabilizou, durante o exercício de 2022, a execução de dois projetos pilotos contendo a execução de 30 auditorias constantes do Plano Anual de Fiscalização (PAF) 2022. Dessa forma, ajustes e melhorias foram incorporados ao longo das fases de desenvolvimento do sistema.

4.3 PLENÁRIO VIRTUAL

O Plenário Virtual é mais um módulo (conjunto de funcionalidades) do Sistema de Processo Eletrônico e-TCE, pois seu banco de dados integra a base de dados do e-TCE, e suas funcionalidades manipulam dados e informações do sistema e-TCE. Em outras palavras, o Plenário Virtual é mais um avanço no aprimoramento do e-TCE, sistema este que foi a base para que hoje o TCE-PA disponibilize o módulo de Plenário Virtual aos jurisdicionados e aos Membros desta Corte de Contas. Na ocasião da implantação do Processo Eletrônico, que foi pré-requisito para esse avanço tecnológico, foram desenvolvidas e implantadas as funcionalidades essenciais do Sistema de Processo Eletrônico, além da migração dos dados do antigo sistema SISGED para o e-TCE, ações que nos possibilitaram atingir o resultado final com a disponibilização do e-TCE como novo sistema de trabalho.

O Plenário Virtual é um sistema que permite a realização de sessões plenárias em um ambiente exclusivamente digital, oferecendo um conjunto de vantagens: economia de recursos, celeridade à tramitação e racionalização e padronização dos procedimentos em geral. Seu funcionamento está regulamentado pelos Atos nº 84/2022 e nº 86/2022.

Iniciativa desenvolvida em parceria entre Secretaria Geral (Seger) e Setin, o Plenário Virtual está integrado ao sistema e-TCE, adaptado diretamente às normas processuais do TCE-PA. É composto por três módulos:

- Administrativo, de uso da Seger e assessores dos Conselheiros, Conselheiros-Substitutos e Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado (MPC-PA);
- Votação, de uso exclusivo pelos Conselheiros, Conselheiros-Substitutos e Procuradores do MPC-PA;
- Sessões Públicas, disponível na Internet para qualquer pessoa interessada.

As sessões do Plenário Virtual são realizadas em um período semanal, com início às 12 horas de segunda-feira e com término às 12 horas de sexta-feira, abertas e encerradas automaticamente, ficando, nesse período, os processos disponíveis para apreciação e julgamento. A primeira sessão do Plenário Virtual foi realizada de 21 a 25 de novembro de 2022, com a apreciação e julgamento de 131 processos. A segunda sessão ocorreu entre 16 e 20 de janeiro de 2023 com 87 processos em pauta. O acompanhamento das sessões do Plenário Virtual pode ser feito por qualquer pessoa interessada, por meio do link disponível no Portal do TCE-PA na Internet (<https://www.tcepa.tc.br/plenariovirtual>).

4.4 MÓDULO PUBLICAÇÃO DO FISCALIS

A Secex identificou como uma prioridade a necessidade de aperfeiçoamento do acompanhamento das publicações de órgãos e entidades jurisdicionadas realizadas na Imprensa Oficial.

Em parceria com a Setin, foi desenvolvida uma ferramenta tecnológica de captura de dados publicados. O Módulo Publicação agregou novas funcionalidades ao sistema Fiscalis, possibilitando consultas mais precisas e flexíveis por parte dos auditores de controle externo.

A nova ferramenta viabiliza a extração de dados de todas as edições do Diário Oficial do Estado de modo automático, garantindo acesso a informações relevantes para o desenvolvimento das estratégias de fiscalização.





5 INOVAÇÃO EM GESTÃO DE PESSOAS

5.1 ABONO DE PRODUTIVIDADE

A Lei Estadual nº 8.037/2014, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do TCE-PA, previa o Abono de Produtividade Coletiva (APC), uma parcela de caráter eventual de até 90% do vencimento base, paga proporcionalmente ao alcance da meta individual e da meta coletiva das unidades organizacionais. Em dezembro de 2021, o Tribunal Pleno do TCE-PA aprovou a Resolução nº 19.333/2021, regulamentando o APC, com o objetivo de estimular a produtividade e o desempenho coletivos no Tribunal, fator primordial de incremento de metas em âmbito institucional. De acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Tribunal, foi deliberado o percentual de 40% para o exercício de 2022.

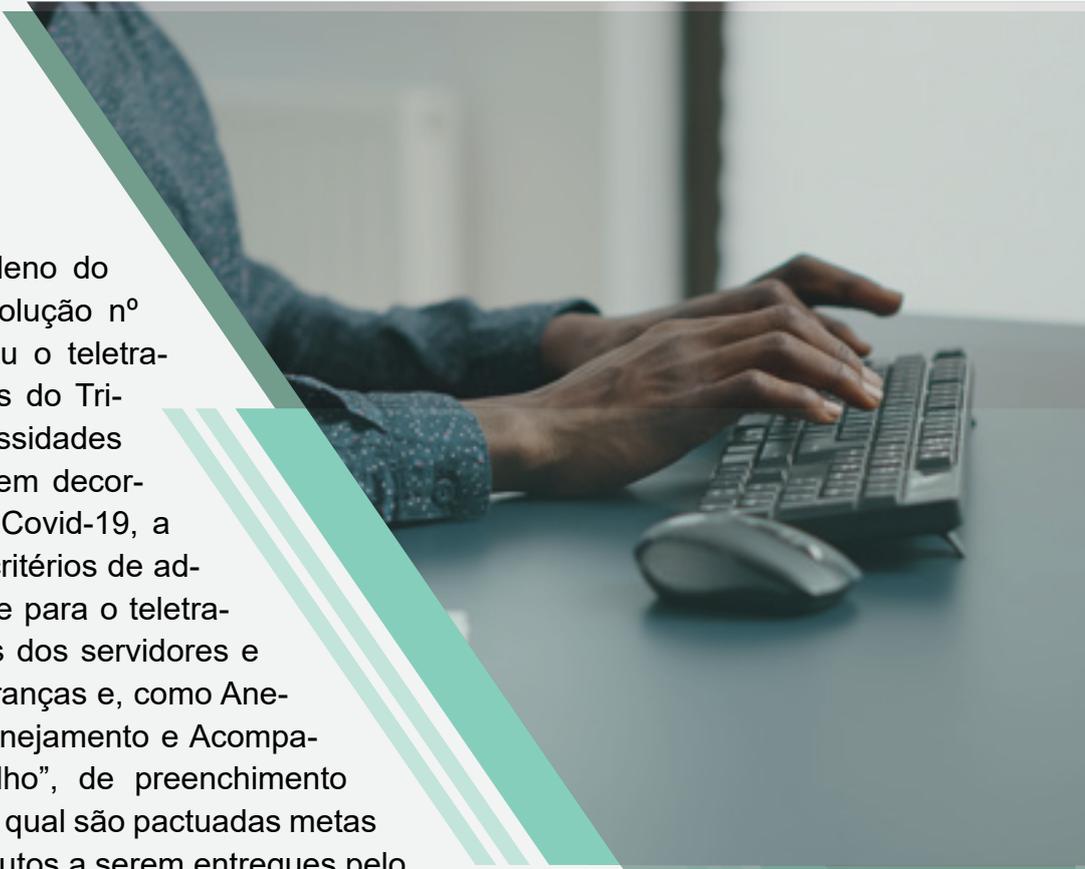
Com a finalidade de acompanhar, monitorar e controlar as metas realizadas pelos servidores, a Resolução previa a criação do Comitê Gestor de Produtividade (CGPRO), composto pelos titulares do Gabinete da Presidência e das Secretarias e que foi constituído pela Portaria nº 37.766/2022.

Para atender às necessidades do CGPRO, foi desenvolvido pela Setin o sistema SIGMA, que permite o gerenciamento, monitoramento, avaliação e aferição da meta individual e das metas coletivas das unidades organizacionais. A coordenação desse sistema coube à Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP). Cada ciclo de avaliação consiste no cumprimento de 100 pontos mensais e/ou 300 pontos trimestrais e o efeito financeiro é sempre no trimestre seguinte.

As regras ainda preveem ao servidor que, no período de um ano, tenha atingido meta individual em percentual inferior a 30% em mais de um ciclo avaliativo trimestral a perda do direito ao abono nos meses remanescentes do ciclo avaliativo anual em curso. Cada caso deve ser analisado individualmente para identificar possíveis causas e subsequentes ações de melhoria, sempre com foco na gestão do desempenho.



5.2 REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO



Em maio de 2021, o Pleno do TCE-PA aprovou a Resolução nº 19.272/2021 que instituiu o teletrabalho para os servidores do Tribunal. Alinhada às necessidades urgentes de mudanças em decorrência da pandemia da Covid-19, a regulamentação trouxe critérios de admissibilidade e prioridade para o teletrabalho, direitos e deveres dos servidores e de suas respectivas lideranças e, como Anexo, o “Formulário de Planejamento e Acompanhamento de Teletrabalho”, de preenchimento obrigatório e por meio do qual são pactuadas metas a serem atingidas e produtos a serem entregues pelo servidor no período em que estiver sob esse regime, segundo o gerenciamento de sua chefia imediata.

Ao longo dos dois anos, novas necessidades foram acompanhadas de aperfeiçoamento das regras, em especial no que se refere à continuidade em regime de teletrabalho para servidoras após o término da licença maternidade, à limitação da quantidade de servidores trabalhando remotamente por unidade e ao cumprimento de período de carência no trabalho presencial entre dois períodos de teletrabalho.

5.3 FORTALECIMENTO DO QUADRO TÉCNICO

A Lei Complementar nº 173/2020, entre outras medidas, impossibilitou temporariamente a continuidade da convocação dos aprovados no Concurso nº 01/2016 para provimento originário de cargos que não fossem decorrentes de vacância. O certame teve seu período de validade suspenso, voltando a transcorrer a partir de 1º de janeiro de 2022 pelo tempo restante até a sua expiração, que se deu em 26/09/2022.

Após a devida análise financeira e orçamentária, o TCE-PA conseguiu ampliar o número de vagas preenchidas, além das 95 vagas ofertadas inicialmente. Para tanto, foi realizada consulta aos diversos setores da instituição, sobretudo à Secex, e às diversas unidades que compõem a área técnico-administrativa, cujos respectivos cargos eram, em grande parte, de primeiro provimento. Assim, o TCE-PA conseguiu preencher ao todo 141 vagas, renovando e fortalecendo o quadro técnico da instituição.



5.4 AÇÕES DE BEM-ESTAR, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O TCE-PA, em parceria com a Fundação de Hemoterapia e Hematologia do Pará (Hemopa), realizou uma campanha de doação de sangue e de medula óssea em agosto de 2022. A campanha contou com um trailer da Hemopa localizado no Largo do Redondo, em frente ao edifício-sede do Tribunal, e reuniu 76 doadores, entre servidores e comunidade próxima.

Entre 2021 e 2022, o TCE-PA realizou diversas campanhas de testagem para Covid-19, a fim de evitar a propagação da doença no ambiente de trabalho: ao todo 3.963 testes foram realizados. Outra campanha realizada pelo Tribunal, desta vez em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (Sesma), foi a de vacinação para os servidores em junho de 2022. Foram ofertadas vacinas contra gripe, febre amarela e hepatite, além da tríplice viral. Além das campanhas regulares de vacinação, doação de sangue e de atenção preventiva (Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul), o TCE-PA tem inovado nas ações de bem-estar, saúde e assistência social.

Em parceria com a Defensoria Pública, o TCE-PA promoveu, em duas oportunidades durante 2022, serviços de emissão gratuita de documentos para servidores e seus dependentes/familiares. Houve a expedição de carteira de identidade (1ª e 2ª via), certidão de nascimento (2ª via) e retificação de certidão de nascimento, de casamento ou óbito.



Em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater), o projeto Feira Agroecológica desde o último trimestre de 2021 promove a venda de gêneros alimentícios orgânicos de pequenos produtores rurais do estado do Pará, uma oportunidade de geração de renda e qualidade de vida.

As ações do Programa de Preparação para Aposentadoria do TCE-PA, instituído pela Resolução nº 19.013/2018, foram retomadas em 2022, após a suspensão das atividades em razão da Covid-19. E o Programa de Atendimento e Acompanhamento em Saúde Preventiva (Portaria nº 32.502/2017) passou por ampla revisão, agora com nova proposta de atendimento periódico que conta com suporte multidisciplinar em saúde.

5.5 DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Programa Pedagógico de Curso (PPP)

Na gestão da Conselheira Lourdes Lima foi criada, por meio da Portaria nº 37.690/2021 a Comissão para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Programa Pedagógico de Curso (PPP), com servidores de várias unidades de trabalho do TCE-PA, no intuito de elaborar os documentos para credenciar a Escola de Contas Alberto Veloso (Ecav) como uma Instituição de Ensino Superior perante o Conselho Estadual de Educação.

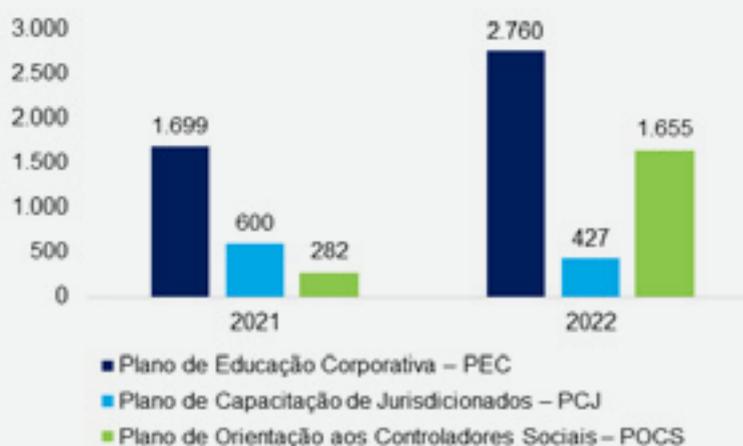
Foram realizadas diversas reuniões resultando como produto o PDI e a proposta do PPP do primeiro curso a ser ofertado pela Ecav na oportunidade do credenciamento: o curso de especialização em Gestão Pública e Controle Externo da Administração Pública. A elaboração desses documentos é o primeiro passo para alcançar o referido objetivo, oportunidade ímpar para o Tribunal avançar no processo de formação continuada dos servidores.

Ações educacionais

Durante a vigência do Plano de Gestão 2021-2023 foram realizadas ações educacionais de acordo com os Planos de Capacitação da Ecav, detalhadas nos

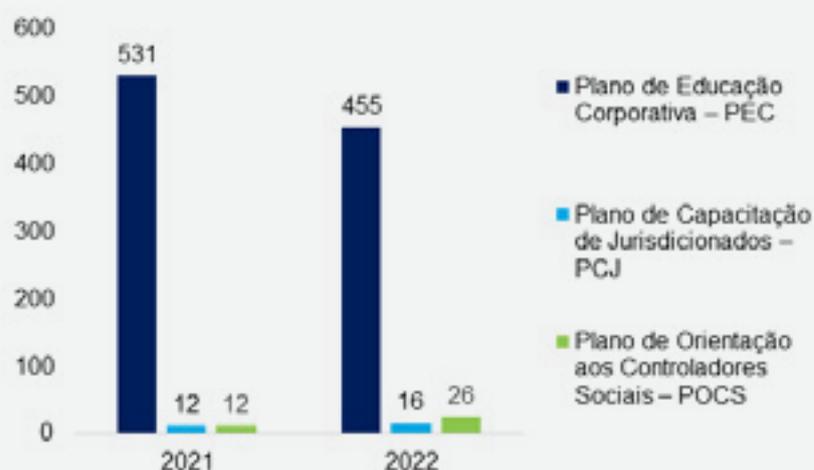
gráfico 5 e 6. No âmbito do Plano de Educação Corporativa (PEC), são contabilizadas ações ofertadas pela Ecav e por outras instituições no formato presencial, on-line ou híbrido. O total de participantes pode superar a quantidade de servidores do TCE-PA, pois um mesmo servidor pode participar de mais de uma ação educacional no ano.

Gráfico 5 – Participantes de ações educacionais



Fonte: ECAV.

Gráfico 6 – Quantidade de ações educacionais



Fonte: ECAV.

6 INOVAÇÃO NO PLANEJAMENTO

6.1 PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Em maio de 2021, a Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepge) iniciou o cronograma de atividades para elaboração do Plano Estratégico do TCE-PA para o período de 2022-2027. O processo de elaboração do plano ocorreu de forma colaborativa e articulada com os Conselheiros, servidores e cidadãos e teve como lema “Planejar para superar novos desafios”.

Para tanto, foi instituído grupo de trabalho, por meio da Portaria nº 37.167/2021, com as seguintes atribuições: revisar a identidade institucional; analisar o ambiente interno e externo; definir os problemas institucionais e suas causas críticas; propor os objetivos e as ações estratégicas associadas ao enfrentamento das causas críticas do problema; e definir indicadores de desempenho para avaliação da execução do plano estratégico.

Dentre as atividades do cronograma, foram realizadas:

- Publicação do Guia de elaboração do Plano Estratégico 2022-2027, com a definição da metodologia e dos procedimentos;
- Reunião de alinhamento estratégico;
- Realização do webinar “Planejar para superar novos desafios”;
- Aplicação de questionários ao público interno e externo do TCE-PA;
- Apresentação dos resultados dos questionários aplicados e análise de ambiente interno e externo;
- Definição da missão, visão e valores institucionais;
- Definição e consolidação dos principais elementos do plano: objetivos estratégicos, ações estratégicas, indicadores e metas;
- Deliberação e aprovação pelo Pleno.



O Plano Estratégico 2022-2027 estabeleceu 9 objetivos estratégicos a serem alcançados no período, desdobrados em 23 ações estratégicas com 23 indicadores para mensurar o atingimento das metas estabelecidas. Durante sua vigência, o Plano também orientará a elaboração do plano plurianual, dos orçamentos anuais e dos planos de gestão do TCE-PA.

6.2 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O TCE-PA avançou na implementação de medidas e mecanismos de mitigação de riscos de privacidade, em cumprimento da Lei nº 13.709/2018 – a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Uma das primeiras iniciativas foi o Ato nº 83, de 19 de maio de 2021, que atribuiu o papel de Encarregado de Dados Pessoais à Ouvidoria. Além das atividades previstas na LGPD que competem à figura do Encarregado, cabe à Ouvidoria receber das unidades do Tribunal informações relativas aos incidentes de segurança com dados pessoais.

Tendo em vista a necessidade de um trabalho multidisciplinar que envolvesse as áreas de planejamento, assessoria jurídica e tecnologia da informação, foi instituído o Comitê Gestor de Dados Pessoais (CGDP) por meio da Portaria nº 37.305/2021.

O CGDP é vinculado à Presidência do Tribunal e responsável pelo exame dos mecanismos e ferramentas de tratamento e proteção de dados pessoais existentes e pelo acompanhamento e monitoramento de ações voltadas ao seu aprimoramento contínuo, com vistas ao cumprimento das disposições da LGPD.

No decorrer da gestão, o CGDP realizou 18 reuniões que versavam sobre diversos temas para a implementação da LGPD no âmbito do Tribunal. Dentre as atividades realizadas pelo Comitê constam:

- Levantamento das necessidades de capacitação quanto ao tema para os membros do Comitê e demais servidores;
- Criação de grupo de trabalho multidisciplinar para mapear os processos internos do Tribunal;
- Aprovação do Plano de Conformidade do TCE-PA com a LGPD;
- Definição do modelo de mapeamento de dados pessoais (*Data Mapping*);
- Capacitação de todo corpo funcional do Tribunal sobre os fundamentos da LGPD e sua implementação;
- Elaboração, uniformização, avaliação e validação dos *Data Mapping*, com fluxogramas dos dados pessoais tratados em cada unidade de trabalho;
- Elaboração de plano de comunicação específico;
- Atualização do conteúdo nos portais do TCE-PA quanto ao tema da proteção de dados pessoais;
- Elaboração de Termo de Referência para a contratação de consultoria a fim de viabilizar as fases seguintes do Plano de Conformidade.



6.3 PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

O Plano de Logística Sustentável (PLS) do TCE-PA para o período de 2023 a 2027 é um instrumento de gestão alinhado às Estratégias Sustentáveis Nacionais que visam nortear e estabelecer práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade nas ações executadas pelo Tribunal.

O plano é resultado do trabalho compartilhado e multidisciplinar para a criação de uma cultura de sustentabilidade que reflita os novos padrões da administração pública. Desta forma, o TCE-PA tem o compromisso de fomentar a cultura socioambiental e cumprir com a responsabilidade de promover ações sustentáveis que visem ser socialmente justas, economicamente viáveis e que mantenham um ambiente equilibrado, promovendo a acessibilidade e a inclusão das diversidades, com o objetivo de reduzir os impactos no meio ambiente.

Em 2021, o TCE-PA aderiu à Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo (RNSL), cujo objetivo é promover, aperfeiçoar e implantar ações voltadas à sustentabilidade na gestão, mitigar os impactos socioambientais e difundir boas práticas, consolidando no âmbito do Poder Legislativo instituições eficazes, responsáveis e inclusivas.

No primeiro semestre de 2022, o TCE-PA instituiu o Comitê Gestor do Plano de Sustentabilidade (CGPS), por meio da Portaria nº 38.635/2022, de modo a descentralizar a tomada de decisão sobre a elaboração, monitoramento e avaliação de ações. O CGPS elaborou diagnóstico amplo, analisando dados dos últimos três anos, com a finalidade de construir os indicadores para subsidiar o Plano de Logística Sustentável (PLS), cuja execução pretende, até 2027, transformar o Tribunal em instituição referência no tema da sustentabilidade.



6.4 MARCO DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS (MMD-TC)



O MMD-TC é um importante instrumento de avaliação dos 33 Tribunais de Contas (TCs), que respondem aos critérios estabelecidos sob a coordenação da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Tem por objetivo fortalecer o sistema nacional de controle externo e contribuir para que os Tribunais de Contas atuem de maneira harmônica e uniforme, aprimorem a qualidade e agilidade das auditorias e julgamentos, valorizando o controle social e oferecendo serviços de excelência.

Realizado a cada dois anos desde 2015, a avaliação prevista para 2021 foi adiada para o ano seguinte devido aos obstáculos impostos pela pandemia da Covid-19. Na última edição do MMD-TC, a Atricon disponibilizou o sistema Aprimore, ferramenta desenvolvida para facilitar o trabalho das Comissões de Avaliação, de Controle da Qualidade e de Garantia da Qualidade. Essa última comissão foi responsável por supervisionar e revisar, por meio de amostra, a autoavaliação feita pelo TCE-PA e verificar a conformidade com as normas estabelecidas no Manual do MMD-TC.

No fim de outubro de 2022, foram apresentados aos servidores do TCE-PA os resultados do Tribunal na edição do MMD-TC e, em novembro, os resultados gerais na avaliação durante o VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas. Das 67 dimensões avaliadas, o TCE-PA obteve pontuação máxima em 14, e dos 402 critérios avaliados, o Tribunal de Contas evidenciou o atendimento de 236 deles.

7 INOVAÇÃO EM TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

7.1 MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E SISTEMAS DE TI

Softwares atualizados mitigam riscos de segurança

Esses procedimentos mitigam riscos de segurança da informação, considerando que uma das principais falhas exploradas por criminosos está relacionada com a existência de serviços ou soluções de TI desatualizados e vulneráveis. Em 2021 e 2022, os principais procedimentos realizados foram:

- Atualização dos *softwares* e aquisição de licenças de produtos *Microsoft*, nos quais está baseada grande parte da infraestrutura de TI do TCE-PA;
- Aquisição de licenças de *softwares* para o ambiente de desenvolvimento de sistemas, banco de dados, servidores de rede para os nós de hiperconvergência, servidor de e-mail, pacote *Office* e soluções de *Business Intelligence*;
- Contratação de serviços de consultoria e serviços técnicos para migração, otimização e/ou implantação de alta disponibilidade de serviços;
- Implantação de um servidor WSUS (*Windows Server Update Services*), que, aliado à solução de identificação e análise de vulnerabilidades, é ferramenta primordial para mitigar riscos de segurança e direcionar os esforços da equipe de TI na aplicação das atualizações das principais soluções utilizadas no TCE-PA.

Solução de hiperconvergência otimiza o gerenciamento da infraestrutura de TI

Em tempos de transformação digital, a complexidade do setor de TI aumenta de modo exponencial. Para propiciar a evolução dos projetos, a gestão precisa implantar uma infraestrutura robusta, segura e disponível. Nesse contexto, o TCE-PA iniciou o processo de migração de sua infraestrutura de TI de uma arquitetura tradicional (servidores, equipamentos de rede e armazenamento gerenciados de maneira separada), para a solução de hiperconvergência (centralização dos componentes de TI em um só local).

A implantação de três nós de hiperconvergência, adquiridos no fim de 2020, foi concluída em abril de 2021. Ainda nesse ano, foi realizada a migração dos serviços de TI para os servidores do cluster (computadores trabalhando em conjunto) de hiperconvergência. Foram adquiridos sete nós adicionais, necessários à expansão da infraestrutura e com a finalidade de ampliar a capacidade de processamento e armazenamento em razão das novas demandas por recursos de TI. Desde maio de 2022, a solução passou a contar com dez nós distribuídos em dois clusters (um com seis e o outro com quatro nós) no modo *stretched* (estendido), aumentando a resiliência do ambiente de virtualização, o que viabiliza a implantação do site backup do Tribunal.

Modernização da Plataforma Business Objects (BO)

O SAP *Business Objects* BI é um pacote centralizado de geração de relatórios, visualização e compartilhamento de dados. Visando garantir o funcionamento da Plataforma SAP *Business Objects* (BO), ambiente fundamental para as atividades da Secex e da Diretoria de Finanças, a Setin realizou ações com a empresa SAP para viabilizar a reativação do contrato de suporte e atualização do ambiente.

A plataforma foi atualizada para a versão 4.3 a partir de dezembro de 2021. A contratação da nova plataforma albergou, ainda, a oferta de capacitação com o apoio da Ecav, promovendo cursos para a equipe técnica da Setin, contemplando 15 servidores da TI, além de 109 servidores de outras unidades do Tribunal.

Essas ações possibilitaram à Setin avaliar outras ferramentas que fazem parte do pacote SAP BO, como por exemplo, o SAP IQ, um banco de dados que poderá ser utilizado como repositório para os projetos de *Business Intelligence* e *Data Science*, especialmente devido ao seu desempenho para grandes volumes de dados.

Modernização do parque tecnológico melhora o desempenho das atividades

O TCE-PA adquiriu entre 2021 e 2022 um total de 25 *workstations*, 200 estações de trabalho com monitor e 100 monitores de 29", visando a constante melhoria no desempenho das atividades diárias dos seus servidores, oferecendo condições de trabalho plenamente adequadas ao exercício profissional.

Ambientes com alta disponibilidade

O Tribunal tem investido nos últimos anos para implantar serviços e soluções de TI seguras e resilientes, de forma a garantir a disponibilidade dos serviços aos usuários. O principal marco nesse processo foi a implantação do *Data Center*. Outros ativos críticos de TI também já contam com configurações de alta disponibilidade ou tolerância a falhas, particularmente o *firewall* de rede, *firewall* de aplicação, os *switches core* e os serviços de diretório, e-mail, servidor de arquivos, DNS externo, DHCP e *desktops* virtuais.

A Setin já trabalha com o objetivo de diminuir o nível de indisponibilidade das aplicações por decorrência de migrações e/ou atualizações. Também já está em curso o projeto para aumentar a disponibilidade do serviço de banco de dados SQL Server com a configuração de tecnologia de alta disponibilidade oferecida pela *Microsoft*.

Integração de bases de dados oferece uma pesquisa mais eficiente

Com significativa evolução no biênio 2021-2022, o projeto Pesquisa Integrada proporciona uma busca mais efetiva por conteúdo na medida em que agrega um conjunto de bases de dados, promovendo uma pesquisa mais completa e abrangente, disponível aos públicos interno e externo. O desenvolvimento de funcionalidades relacionadas à interface com o usuário, ao desempenho, à administração e à ampliação e atualização das bases de dados, oferece ao usuário uma melhor usabilidade da ferramenta, a qual reúne atualmente 25 bases de dados que podem ser consultadas de maneira unificada.

Dentre as fontes de dados que estão sendo utilizadas como base para a realização das buscas no projeto, podem ser citadas as seguintes: processos, acórdãos, resolução, jurisprudência, Diário Oficial do Estado, notícias, canal Youtube do Tribunal, pautas e atas das sessões plenárias, etc.

Substituição da Plataforma de Certificação Digital

Seguindo a tendência de outros Tribunais de Contas, o TCE-PA passou a utilizar, em 2022, a *La-cuna Software* como Plataforma de Certificação Digital para viabilizar o uso de assinatura eletrônica em documentos. A nova solução proporciona um melhor custo-benefício, além de resolver problemas recorrentes enfrentados com a solução anterior.

A implantação da nova plataforma, além de ter sido integrada ao Sistema e-TCE, viabilizou o desenvolvimento e a implantação pela Setin do Módulo de Votação do Sistema de Plenário Virtual com acesso exclusivo para Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Procuradores do Ministério Público de Contas (MPC) por meio de certificado digital.

Novo Sistema Calendário Institucional, mais moderno e funcional

Com o objetivo de gerenciar, unificar e dar ampla divulgação às informações institucionais, a Setin desenvolveu o Calendário Institucional do TCE-PA, disponível no Portal Intranet para consulta pelo público interno.

A modernização do calendário institucional detalha e organiza eventos do dia a dia, com informações consolidadas e unificadas de maneira objetiva e acessível aos seus servidores, tais como ações institucionais, ações educacionais, obrigações dos jurisdicionados, aniversário dos servidores, datas comemorativas, dias úteis, dentre outros eventos e dados que, conforme necessidade, também podem ser agregados para compor o calendário.

O sistema desenvolvido foi integrado a outros já existentes que precisam utilizar algumas dessas informações, especialmente no que se refere à contagem de prazos institucionais.

7.2 PLANO ESTRATÉGICO DE TI

Para o período de 2023-2028, o TCE-PA tem o novo Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI). Elaborada por grupo de trabalho multidisciplinar composto por representantes de diversas unidades do Tribunal, a proposta final foi submetida e aprovada pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (CDTI) e, posteriormente, deliberada e aprovada pelo Tribunal Pleno por meio da Resolução nº 19.471/2022. O documento alinha-se ao Planejamento Estratégico do TCE-PA e norteará as ações da área de TI para os próximos seis anos, reforçando sua missão, visão e valores como área estratégica e de fundamental apoio à atividade finalística do Tribunal.



7.3 GESTÃO DE RISCOS DE TI

Plano de Gestão de Risco no Ambiente de TI

Em harmonia com as boas práticas relacionadas à segurança da informação, foi definido, por meio da Portaria nº 38.887/2022, o Plano de Gestão de Riscos de TI, iniciativa que vai ao encontro das recomendações estabelecidas no Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) e que permitirá ao Tribunal adotar processo de elaboração, acompanhamento e revisão da Política de Segurança da Informação baseado em análise de risco.

O Plano estabelece o processo de gerenciamento de riscos ao ambiente de TI do TCE-PA, e tem como foco a continuidade do negócio, a manutenção dos serviços e o alinhamento aos objetivos institucionais, visando mitigar as ameaças mapeadas para atuar de forma preditiva e preventiva frente a possíveis eventos que, caso ocorram, poderão prejudicar as metas estabelecidas.



7.4 PLATAFORMA PHARUS

Plataforma Pharus oferece apoio à tomada de decisão nas atividades de gestão e fiscalização do TCE-PA



O TCE-PA, desde o final de 2021, conta com uma nova ferramenta, a Plataforma Pharus, um Sistema de Informações Gerenciais (SIG) que reúne um conjunto de painéis com informações e indicadores. A plataforma é disponibilizada na Intranet aos Conselheiros, Conselheiros Substitutos e servidores (dependendo do perfil gerencial do usuário), para apoio à tomada de decisão nas atividades de gestão e fiscalização.

O projeto é uma evolução do Painel Gerencial de Processos, criado em 2017 para a Corregedoria, e contempla o desenvolvimento de painéis para outras áreas, permitindo uma visão gerencial mais abrangente. A plataforma contém informações diversas e gráficos representativos sobre a gestão processual, a execução orçamentária e financeira e sobre o Plano de Gestão, podendo ser adaptada a fim de incorporar mais temas de interesse da gestão do Tribunal.

8 INOVAÇÃO EM TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

8.1 FÓRUM TCE-PA E JURISDICIONADOS ON-LINE



O Tribunal realizou a décima edição do Fórum TCE-PA e Jurisdicionados, com o objetivo de promover a integração do Tribunal com os jurisdicionados, seus órgãos de controle e sociedade, com vistas ao desenvolvimento de uma atuação eficiente e eficaz no controle dos gastos públicos.

O Fórum foi realizado em junho de 2021, pela primeira vez no formato on-line, com o tema “Inovação e efetividade frente aos desafios da gestão pública”, sintonizado com as demandas emergentes da sociedade em meio ao atual cenário de profundas transformações, promovendo reflexões e debates sobre o quanto as inovações são fundamentais para a área de controle externo. Foi utilizada a plataforma Zoom como software para a teleconferência e o canal do YouTube do Tribunal de Contas para a transmissão ao vivo do evento.

No primeiro dia do Fórum, o Ministro Emérito do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Brito proferiu a palestra magna “Estratégias de Inovação frente aos Desafios da Gestão Pública”; o analista de controle externo do TCE-RJ, Sérgio Lino da Silva Carvalho, abordou a temática “O controle das despesas públicas no cenário de pandemia”; e o Conselheiro Substituto Marcos Nóbrega, do TCE-PE, palestrou acerca das “Inovações trazidas pela Nova Lei de Licitações e suas aplicabilidades”.



No segundo dia, o Conselheiro do TCE-MG e Vice-Presidente de Relações Institucionais do Instituto Ruy Barbosa (IRB), Conselheiro Sebastião Helvécio, proferiu palestra sobre o tema “Produção de dados – importância para a gestão e fiscalização”. Em seguida, o Conselheiro Substituto Gerson dos Santos Sicca, do TCE-SC, tratou do tema “A execução dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, o papel dos gestores públicos e a atuação dos

Tribunais de Contas”. O analista de controle externo do TCE-PR, Nelson Nei Granato, apresentou a palestra final do evento, trazendo o tema “Inovação nas Normas de Fiscalização”. A décima edição do Fórum TCE-PA e Jurisdicionados foi prestigiada por 267 membros e servidores do TCE-PA, 357 servidores de 75 entidades jurisdicionadas e outros 330 participantes, entre servidores públicos, acadêmicos e sociedade em geral.

8.2 NOVO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA



O novo Portal da Transparência do TCE-PA, desenvolvido pela Setin em 2021, é um portal moderno, de fácil usabilidade, estruturado, que visa atender às normas constantes na “Lei da Transparência”, cujo objetivo é aumentar, como seu próprio nome sugere, a transparência da gestão pública, assegurando o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, conforme o estabelecido na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

O Portal mantém a harmonia com a identidade visual do Portal Internet e Portal Intranet. Disponibiliza, para acompanhamento público, a forma como os recursos estão sendo aplicados, facilitando, assim, o acesso da sociedade às informações produzidas ou custodiadas pelo TCE-PA, de acordo com a Resolução nº 18.806/2016, que dispõe sobre o acesso à informação no âmbito do Tribunal. Cumprindo as premissas de transparência ativa estabelecida na referida Resolução, as informações de interesse coletivo ou geral estão reunidas nesse novo Portal.

Com a adesão do Tribunal ao Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), ação coordenada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), o Portal da Transparência foi avaliado de acordo com os critérios do referido programa e classificado como nível Ouro durante o VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, realizado no Rio de Janeiro (RJ), demonstrando o alto nível de transparência praticado.

8.3 INTEGRAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO



Em 2022, o Programa “Conversando com o Controle Interno” voltou a ser realizado no formato presencial, ocorrendo em três municípios paraenses. Nos dias 4 e 5 de agosto na cidade de Marabá; nos dias 18 e 19 de agosto, pela primeira vez no município de Soure, na região do Marajó; e nos dias 1ª e 2 de setembro em Santarém. As três edições alcançaram o maior público do programa até hoje, ao todo 962 pessoas, sendo o maior evento voltado à interiorização de perfil pedagógico já promovido pelo TCE-PA.

Com o apoio da equipe das Unidades Regionais do TCE-PA, as edições em Marabá e Santarém contaram com palestras e oficinas sobre diversos temas, tais como:

- Fiscalização de contratos e convênios;
- Captação de recursos e prestação de contas por parte de entidades do terceiro setor;
- Nova Lei de Licitações;
- Controle da gestão orçamentária e financeira;
- Transparência na Administração Pública;
- Guia Prático da Prestação de Contas Eletrônica; e
- Boas práticas de Controle Interno.

O evento Conversando com o Controle Interno foi realizado também no município de Soure pela primeira vez, reunindo um total de 350 gestores de instituições de 11 municípios da região marajoara. Na oportunidade, os Conselheiros do TCE-PA visitaram o Museu do Marajó, em Cachoeira do Arari, e vivenciaram as experiências da Fazenda Mironga, localizada em Soure, em ação de interiorização e integração na região.



9 COMEMORAÇÃO DOS 75 ANOS DO TCE-PA

9.1 HOMENAGEM AOS SERVIDORES



A celebração dos 75 anos do Tribunal de Contas ocorreu em outubro de 2022 no Teatro Maria Sylvia Nunes, na Estação das Docas, em Belém. Uma noite que ficou na história da instituição, com homenagens a todos os servidores.

Na ocasião, a Presidente Conselheira Lourdes Lima destacou uma série de iniciativas ao longo dos últimos anos em prol da valorização das pessoas que constroem o Tribunal: a criação do adicional de qualificação, cujo objetivo é incentivar a capacitação e aperfeiçoamento profissional, com influência direta na remuneração; o banco de horas, que permite a compensação de horas trabalhadas; e o Abono por Produtividade Coletiva; o projeto de exames periódicos preventivos, promovendo a proteção e a manutenção da saúde dos seus servidores e servidoras; e a regulamentação do teletrabalho.

Durante o evento, cada servidor recebeu um certificado e uma medalha alusiva ao jubileu de diamante do TCE-PA em reconhecimento aos serviços prestados.

9.2 FÓRUM DE INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO PARA O CONTROLE ATUAL E FUTURO

Como parte do calendário de comemoração dos 75 anos, o TCE-PA organizou, em junho de 2022, o Fórum de Inovação e Transformação para o Controle Atual e Futuro, que ocorreu no Hotel Grand Mercure, em Belém. O evento trouxe importantes nomes do judiciário e do controle externo do Brasil, entre os quais o então Presidente do STF, Ministro Luiz Fux, e o Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministro Bruno Dantas.

Na abertura do Fórum, entre as autoridades presentes, o Governador do Estado do Pará, Helder Barbalho; a Presidente do Tribunal de Justiça (TJPA), desembargadora Célia Regina Pinheiro; a Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PA), desembargadora Luzia Nadja Guimarães; o Presidente do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas, Conselheiro Joaquim de Castro; a Presidente do TCE-PA, Conselheira Lourdes Lima; a Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, Conselheira Mara Lúcia Barbalho; a subprocuradora de Justiça do estado Ubiragilda Pimentel; o Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Conselheiro César Miola; o Procurador-Geral de Contas do Estado, Patrick Mesquita; a Procuradora-Geral de Contas dos Municípios do Pará, Maria Inês Gueiros; a Vice-Presidente do TCE-PA, Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes, representando o Instituto Rui Barbosa; os Conselheiros do TCE-PA Fernando Ribeiro, Cipriano Sabino e Luis Cunha, além do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas. A programação do Fórum de Inovação e Transformação para o Controle Atual e Futuro con-



tou com palestra magna do Presidente do STF, Ministro Luiz Fux, sobre o tema “Os Tribunais de Contas e o STF: eficiência, controle e *accountability*”.

A professora de Direito Cristiana Fortini proferiu palestra sobre a Lei nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações, que apresenta importantes inovações para a firmação de contratos com a administração pública que podem proporcionar maior atratividade de empresas aos certames de contratação para a execução de obras, prestação de serviços e aquisição de bens. O Conselheiro Substituto do TCE-PA, Marcos Nóbrega, tratou das “Inovações em contratações públicas: O que nos espera no futuro”.

A professora de Direito Tatiana Camarão discorreu a respeito dos “Desafios para proporcionar um salto de qualidade e eficiência nas contratações públicas”. O Ministro do TCU, Bruno Dantas, tratou da “Análise crítica da transformação do controle externo a cargo do TCU: o paradigma constitucional de 1988”. E o professor Jacoby Fernandes realizou exposição referente à “Competência para julgamento de TCE e prescrição”, encerrando a programação do Fórum.



9.3 SEGUNDA EDIÇÃO DA REVISTA DA PROCURADORIA

Em setembro de 2022, o TCE-PA lançou, em parceria com a Editora Fórum, a segunda edição da Revista da Procuradoria (Proju). Em sua mais nova edição, a revista trouxe sete artigos assinados por doutrinadores jurídicos de renome nacional. Entre eles os ministros do STF e do TCU, Luiz Fux e Bruno Dantas, respectivamente.

A cerimônia de lançamento, que fez parte do calendário de comemorações dos 75 anos do TCE-PA, contou com representantes do Ministério Público de Contas do Estado e dos Municípios, Ministério Público (MPPA), da Editora Fórum, da Auditoria-Geral do Estado do Pará (AGE), do Conselho Regional de Contabilidade (CRC-PA) e de instituições de ensino superior.

9.4 LANÇAMENTO DO SELO COMEMORATIVO E ENTREGA DO COLAR PRESIDENCIAL

As comemorações pelos 75 anos do TCE-PA tiveram dois importantes momentos em setembro de 2022 com o lançamento do selo comemorativo do jubileu de diamante do Tribunal de Contas e a entrega do Colar Presidencial aos ex-presidentes da instituição. A cerimônia ocorreu no auditório Eneida de Moraes, no Palacete Faciola, em Belém, contando com a presença de autoridades, familiares dos homenageados e servidores. Os Correios perpetuam, por meio da emissão de selos postais, as datas e os eventos relevantes no contexto das instituições nacionais. Cada selo passa a fazer parte do acervo iconográfico, bibliográfico e histórico da estatal, além de compor coleções de filatelistas de todo o mundo, eternizando para as futuras gerações todos os fatos merecedores de registro.

O selo comemorativo do TCE-PA foi utilizado nas correspondências expedidas pelo Tribunal nos meses seguintes e poderá ser visualizado no Museu Serzedello Corrêa, que funciona no edifício-sede do Tribunal, preservando a memória institucional.

Após o lançamento do selo, o TCE-PA homenageou seus ex-presidentes com a entrega do Colar Presidencial. Instituída pela Resolução nº 18.943, de 22 de agosto de 2017, a outorga da insígnia simboliza o reconhecimento do Tribunal de Contas aos serviços prestados ao controle externo estadual e à sociedade paraense. Receberam o Colar Presidencial do TCE os Conselheiros aposentados Sebastião Santos Santana, Manuel Ayres e Lauro Sabbá e os Conselheiros Cipriano Sabino, Odilon Teixeira e Luís Cunha.





9.5 EXPOSIÇÕES CULTURAIS

Em 2022, o TCE-PA realizou duas exposições alusivas aos seus 75 anos. A primeira, “Olhando pela Janela”, do artista plástico Wilson dos Santos, foi aberta à visitação no dia 12 de abril, no Espaço Cultural Moraes Rêgo. A exposição apresentou 11 telas pintadas com tinta a óleo e acrílica com imagens abstratas, de paisagem e de natureza morta que buscam retratar o dia a dia em ambientes urbanos e rurais do estado do Pará.

A segunda exposição NATCULTURA “SUSTENTABILIDADE” foi realizada no período de 28 de setembro a 28 de outubro de 2022, no Espaço Cultural Clóvis Moraes Rêgo. As obras do escultor Francelino Mesquita apresentadas na exposição têm como principal matéria-prima utilizada a fibra do miriti, jupati e mututi.

A edição 2022 da exposição Canoas de Promesseiros, realizada em comemoração às festividades do Círio, além de contar com os tradicionais barquinhos de miriti produzidos pelos artesãos de Abaetetuba, teve uma linha do tempo que apresentou os principais momentos da exposição ao longo da história.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Travessa Quintino Bocaiúva, 1585
Cep: 66035-903 Fone: (91) 3210-0555
Belém - Pará - Brasil

